

LEI Nº 085/95, de 20 de novembro de 1995.

Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

**L E I :**

### **CAPÍTULO I** **Das Definições e Objetivos**

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

Art. 2º - Para efeitos desta Lei considera-se instituição de assistência social:

a) organização de usuário aquela que congrega, representa e defende os interesses dos segmentos previstos na LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, sendo usuário da assistência social a criança, o adolescente, o idoso, a família e a pessoa portadora de deficiência.

b) entidade prestadora de serviço e organização de assistência social que presta, sem fins lucrativos, atendimento, assistência específica ou assessoramento aos beneficiários abrangidos por lei.

c) trabalhador no setor compreendido pelo grupo de trabalhadores, ao nível primário, secundário ou universitário, que esteja constituído legalmente em associações, conselhos de classes ou sindicatos e que atuem diretamente em entidades de atendimento ou de defesa dos direitos dos usuários de assistência social.

As instituições mencionadas no "caput" deste artigo, deverão ter por atividade principal uma ou mais das seguintes ações:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a promoção de projetos de enfrentamento da pobreza.

## CAPÍTULO II

### Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 4º - Fica instituída a Conferência Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados representantes das instituições assistenciais, das organizações comunitárias, sindicais e profissionais do Município de Saudade do Iguazu e do Poder Executivo do Município, que reunir-se-á a cada dois anos, sob a coordenação do Conselho Municipal de Assistência Social, mediante Regimento Interno próprio.

Art. 5º - A Conferência Municipal de Assistência Social será o fórum de formação do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS.

Parágrafo Único - A convocação da Conferência será amplamente divulgada nos principais meios de comunicação do município.

Art. 6º - Os delegados da Conferência Municipal de Assistência Social serão eleitos por seus pares, sendo garantida a participação de 01 (um) representante/delegado de cada instituição/organização com direito a voz e voto.

Parágrafo Único - Somente serão aceitas as indicações do representante/delegado, quando credenciado junto a Comissão organizadora no prazo de até 05 (cinco) dias, anteriores a realização da Conferência, mediante expediente expresso e protocolado.

Art. 7º - O representante do Poder Executivo, na Conferência Municipal de Assistência Social, em número de 05 (cinco), serão indicados pelo chefe do respectivo Poder, mediante ofício enviado à Comissão Organizadora, no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores a realização da Conferência.

Art. 8º - Compete a Conferência Municipal de Assistência Social:

- a) Avaliar a situação da assistência social no município;
- b) fixar as diretrizes gerais da política municipal de assistência social no biênio subsequente ao de sua realização;
- c) eleger os representantes efetivos e suplentes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social;
- d) aprovar seu Regimento Interno;
- e) aprovar e dar publicidade a suas resoluções, registradas em documento final.

Art. 9º - O Regimento Interno da Conferência Municipal de Assistência Social disporá sobre a forma do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social.

## CAPÍTULO III

### Do Conselho Municipal de Assistência Social



Art. 10 - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela Coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:

- a) 05 (cinco) representantes da sociedade civil, escolhidos na Conferência Municipal de Assistência Social;
- b) 05 (cinco) representantes do Poder Público local.

Parágrafo Único - O titular do órgão Público Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, na qualidade de representante do Executivo Municipal, é membro nato do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 12 - Para nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, o Prefeito Municipal observará os seguintes procedimentos:

- a) Os 05 (cinco) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes indicados por ocasião da Conferência Municipal de Assistência Social, dentre os delegados participantes;
- b) os representantes do Poder Executivo serão escolhidos pelo Prefeito Municipal dentre os titulares ou servidores das Secretarias Municipais ou da sociedade civil, respeitadas as disposições contidas no parágrafo único do artigo 11º desta Lei.

## Seção II Da Competência

Art. 13 - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- a) Estabelecer as prioridades da política municipal de assistência social, elaborar e aprovar o Plano Municipal Anual de Assistência Social, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social;
- b) atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social do Município;
- c) inscrever e fiscalizar as instituições de assistência social atuantes no município;
- d) normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;
- e) acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades governamentais e não governamentais do Município;
- f) definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito Municipal;
- g) apreciar e emitir parecer acerca da proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da política Municipal de Assistência Social;



- h) propor, aprovar e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social;
- i) convocar e coordenar, a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social;
- j) propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços da assistência social;
- l) propor critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as instituições assistências privadas que prestarem serviços de assistência social no âmbito do município;
- m) acompanhar e avaliar a gestão dos recursos destinados a programas de assistência social, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- n) acompanhar as condições de acesso da população usuária da assistência social indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;
- o) elaborar e aprovar seu regimento interno.

### SEÇÃO III Da Estrutura e Funcionamento

Art. 14 - O Conselho Municipal de Assistência Social possuirá a seguinte estrutura:

- a) Secretariado Executivo, composto por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;
- b) comissões paritárias de assuntos específicos, constituídas por resolução do Plenário;
- c) Plenário.

Art. 15 - O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido pelo titular do órgão público responsável pela coordenação da política municipal de assistência social e secretariado por um dos Conselheiros representantes da sociedade civil, escolhido dentre seus pares.

Art. 16 - As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social somente poderão ser realizadas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros, em primeira convocação, ou com número a ser definido em seu Regimento Interno, em segunda e terceira convocações.

Art. 17 - O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá seus atos, através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 18 - Cada Membro do Conselho Municipal de Assistência Social, terá direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 19 - Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social serão públicas.



Art. 20 - O Conselho Municipal de Assistência Social reunir-se-á ordinariamente a cada mês e extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente ou por maioria de seus membros.

Art. 21 - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social, fixará os prazos legais de convocação e fixação de pauta das sessões ordinárias e extraordinárias do plenário.

Art. 22 - O Executivo Municipal prestará o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

#### SEÇÃO IV Do Mandato de Conselheiro

Art. 23 - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social serão moneados por ato do Prefeito Municipal, conforme critérios instituídos nos artigos 11 e 12 desta Lei, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 24 - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será renumerado, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinado seu comparecimento a sessões do Conselho ou participação em diligências autorizadas por este.

Art. 25 - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao Conselho Municipal de Assistência Social, a qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Os membros representantes do Poder Executivo Municipal são demissíveis "ad nutum", por ato do Prefeito Municipal.

Art. 26 - Perderá o mandato, o Conselheiro que:

- a) Desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- b) faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas, em justificativas que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;
- c) apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela secretaria do Conselho;
- d) apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- e) for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Parágrafo Único - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.



Art. 27 - Nos casos de renúncia impedimento ou falta os membros efetivos do Conselho Municipal serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercerem os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 28 - Perderá o mandato, a instituição que:

- a) Extinguir sua base territorial de atuação no município de Saudade do Iguaçu;
- b) tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal.

Parágrafo Único - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

#### CAPÍTULO IV Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 29 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social, FUMAS de duração indeterminada e natureza contábil que será gerido pelo órgão municipal responsável pela execução da política de assistência social, sob a deliberação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 30 - As receitas componentes do Fundo Municipal de Assistência Social serão provenientes de:

- a) Repasse dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- b) transferências do Município;
- c) receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;
- d) rendimentos eventuais, inclusive da aplicação financeiras dos recursos disponíveis;
- e) transferências do Exterior;
- f) dotação orçamentárias da União e dos Estados, consignadas especificamente para o atendimento ao disposto nesta Lei;
- g) receitas de acordos e convênios;
- h) outras receitas;
- i) recursos provenientes de concursos de prognósticos, sorteios e loterias do âmbito do governo estadual;

Parágrafo Único - Os recursos que compõem o fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - FUMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 31 - Os recursos do FUMAS serão utilizados mediante orçamento anualmente proposto pelo Conselho Municipal de Assistência Social, submetido à apreciação



e aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal para integrar o Orçamento Geral do Município, de acordo com a Constituição Federal.

Art. 32 - O Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e operacionalização do FUMAS, ouvido o Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 33 - Para o exercício de 1996 e subsequentes, o Executivo providenciará a inclusão das despesas autorizadas por esta Lei nos Orçamentos Anuais do Município.

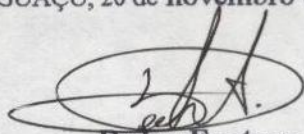
## CAPÍTULO V Das Disposições Finais e transitórias

Art. 34 - Para a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias da edição da presente Lei, comissão responsável pela sua convocação, organização e elaboração do Regimento Interno.

Art. 35 - O Executivo Municipal dará posse ao 1º Conselho Municipal de Assistência Social, após a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 30 dias.

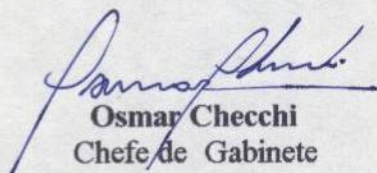
Art. 36 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, 20 de novembro de 1995.



**Pedro Fontana**  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.  
Em 20 de novembro de 1995.



**Osmar Checchi**  
Chefe de Gabinete

Publicado no Jornal "Gazeta do Sudoeste"  
n.º 1187, de 22/11/95, página n.º 10